

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO
Mandato 2021-2025

2ª Sessão Ordinária de 2025
29 de abril de 2025

Moções
Propostas de Recomendação

Recebido em
24/02/2025
22:29M
Elma Nunes



MOÇÃO

Foi celebrado em abril de 2023 um protocolo entre a Associação Parque das Cidades - à época presidida por Vítor Aleixo, constituída pelos Municípios de Loulé e Faro, e Centro Hospitalar Universitário do Algarve, hoje Unidade Local de Saúde, em nome do Estado Português, com vista à edificação de um centro oncológico de referência no Sul.

O Centro em causa deveria estar concluído até ao final de 2024 e serviria os distritos de Faro e Beja, o que representaria o tratamento de mais de três mil e quinhentos doentes oncológicos por ano.

Foi cedido um terreno pelo Município de Loulé para albergar o Centro, sucede que dois anos volvidos, os serviços da autarquia proferiram um despacho indeferindo a pretensão da construção do centro oncológico com base, em primeira instância, no facto de o terreno permitir apenas áreas verdes e não, como se designa no despacho, um centro oncológico.

Por outro lado, o projeto apresentado pela ULS Algarve, o qual foi contratado em 2023, extravasava os limites do terreno cedido. Segundo notícias vindas a publico, o custo da infraestrutura não era de 14 milhões de euros, como tinha sido publicamente anunciado, mas sim de 50 milhões de euros, dos quais apenas 8 milhões estariam garantidos.

Disto tudo resulta: não há terreno, não há projeto e não há financiamento.

Não obstante desta situação dramática, o qual traduz desleixo e incompetência altamente lesiva ao interesse do Algarve e dos algarvios, o Governo anunciou que as valências previstas para o centro oncológico que tinha sido anunciado, mas que nunca avançou, ficariam incluídas no Hospital Central do Algarve, o qual, segundo o Governo será objeto de lançamento de concurso ainda este ano.

De acordo com as normas regimentais em vigor, a Assembleia Municipal delibera:

- 1- Transmitir ao Governo que, o novo hospital com valências oncológicas é vital para servir condignamente a região;
- 2- Saudar o compromisso do Governo de, perante uma situação tão difícil, terem encontrado uma solução, que se exige que venha a ser posta em prática o mais célere possível;

A presente moção deve ser enviada ao Governo, aos deputados à Assembleia da República eleitos pelo Círculo Eleitoral de Faro e aos órgãos de comunicação social.

O Grupo Municipal do PSD

ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
PORTIMÃO	
Largo 1º de Maio 8500 Portimão	
2ª SESSÃO ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA 2025	
Reunião 29/04/2025	
A moção foi deprovada	
por "Maioria"/"Unanidade", com os	
votos: 2 Portimão + Feliz	
Favoráveis: 13 (SPD), 3 chga, 2 BE, 1 PAN)	
Abstenções: —	
Contra: 16 (LSPS, 1 CDU)	
A ASSESSORIA ADMINISTRATIVA,	
Telmo Nunes	
A senhora deputada municipal "Mónica Dias da Coligação "Portimão mais feliz" ausentou-se antes do momento da votação.	

Recebido em
20/04/2025
22:19M



Assembleia Municipal de Portimão
2ª Sessão ordinária de 2025

SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

Há 52 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram.

Em várias localidades no território nacional, exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas, que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais.

Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional.

Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Num momento em que, pelos efeitos do aumento do custo de vida, da não reposição de vários direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador.

E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano.

Assim, a Assembleia Municipal da Portimão, reunida em sessão ordinária a 29 de abril de 2025, delibera:

Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salários e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas.

Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Pedro Mota

Assinado por: **Pedro Miguel Sousa da Mota**
Num. de Identificação: 09815695
Data: 2025.04.20 22:14:28+01'00'



CHAVE MÓVEL

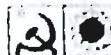


Portimão, 29 de abril de 2025.

Observação: A recomendação depois de aprovada deve ser enviada à Comunicação Social.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
PORTIMÃO	
	
Largo 1º de Maio 8500 Portimão	
SESSÃO ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA	
Reunião 29/04/2025	
A Saudação foi aprovada	
por "Maioria"/"Unanimidade", com os	
votos: 2 Portimão mais feliz	
1 PAN	
Favoráveis: 24 (LSPS, 3 chaga, 2 BE)	
Abstenções: 5 (PSD)	
Contra: —	
A ACESSORIA ADMINISTR.	
Telmo Nátas	

A Senhora deputada Municipal Róica Dias da Coligação "Portimão mais feliz" havia-se ausentado.



Recebido em
20/04/2025
23h07m
Elm2natas

SAUDAÇÃO 1º DE MAIO

Considerando que:

O 1º de Maio é o Dia Internacional do Trabalhador e representa para milhões de trabalhadores um dia de luta, de afirmação dos seus legítimos interesses e aspirações, de exigência do cumprimento dos seus direitos e reivindicações.

A situação hoje, para milhares de trabalhadores em Portugal, pauta-se por altos índices de pobreza, resultado do aumento do custo de vida, da perda de poder de compra e, sobretudo, da política de baixos salários praticada no país;

Neste 1º de Maio de 2025, em que se comemoram 51 anos da revolução libertadora do 25 de Abril os trabalhadores, nas suas justas lutas por uma vida melhor, reafirmam a rejeição a uma política contrária aos seus desígnios, de justiça social e de respeito pelos seus legítimos direitos.

Reafirmam a sua disponibilidade para dar continuidade à luta para que se mantenham abertos os caminhos que Abril abriu, condição única para a concretização do efetivo desenvolvimento do país.

Reafirmam a continuação da luta para a melhoria das suas condições de vida e do povo, para o indispensável aumento geral e significativo dos salários, acompanhado da melhoria das condições de trabalho, nomeadamente no que diz respeito a horários laborais e ao fim da precariedade.

A luta dos trabalhadores passa, também; pelo combate à exploração a que são sujeitos e à consagração da contratação coletiva, como instrumento de estabilidade, segurança e garantia laboral;

Diariamente, em Portugal e no resto do mundo, os trabalhadores lutam pela valorização do trabalho, pela justa distribuição da riqueza por eles gerada e pelo necessário investimento nos serviços públicos, pelo acesso à habitação, pela paz, contra a guerra.



A eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibere:

- Saudar a luta dos trabalhadores em Portugal pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida de valorização e desenvolvimento do País
- Saudar a jornada de luta do 1º de Maio, como momento alto da luta de todos os trabalhadores.
- Enviar a presente saudação à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), à União Geral de Trabalhadores (UGT) e aos órgãos da comunicação social.

Portimão, 29 de abril de 2025

A eleita da CDU -Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira

(Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL PORTIMÃO



Largo 1º de Maio
8500 Portimão



SESSÃO ORDINÁRIA ²⁰²⁵

Reunião 29/04/2025

A Saudação foi aprovada por "Maioria"/"Unanimidade", com os votos:

Favoráveis: 28 (Votos)

Abstenções: — (—)

Contra: — (—)

A ASSESSORIA ADMINISTª.

Telma Nátias

A senhora Deputada Municipal Mónica Dias da Coligação "Portimão Mais Feliz" havia-se ausentado e a senhora Deputada Municipal Narda Caetano da Coligação "Portimão Mais Feliz" estava também ausente no momento da votação.

MOÇÃO

Comemorar o Dia Mundial da Saúde defendendo o SNS!

Garantir um SNS de qualidade e para todos é possível e é necessário. O SNS é o que melhor serve os portugueses! Por isso mesmo é preciso corresponder às necessidades dos profissionais de saúde e das populações.

Só com um verdadeiro e considerável reforço do investimento no Serviço Nacional de Saúde, será possível acabar com os inúmeros constrangimentos a que utentes e profissionais estão sujeitos: como a falta de médico de família, os elevados tempos de espera para consultas, cirurgias, tratamentos e exames, a indigna desvalorização dos profissionais, os equipamentos obsoletos e a degradação ou desadequação das instalações que não respondem às dificuldades sentidas no SNS. No entanto, tem sido clara a política praticada por anteriores e atual governos na área da saúde: favorecer o negócio privado e desvalorizar o Serviço Nacional de Saúde, acelerando a degradação anteriormente em curso. Para a população está mais difícil o acesso aos cuidados de saúde. Este governo continuou a degradar o SNS e numa decisão de “última hora” de novas Parcerias Público-Privadas (PPP), que constitui um novo e grave passo na estratégia de ataque e destruição do SNS, comprometendo o interesse público e criando instabilidade agravada na gestão das unidades do SNS. Aproveitando a estrutura criada pelo anterior Governo do PS, que criou as Unidades Locais de Saúde (ULS), o Governo PSD/CDS lançou o processo de privatização da gestão, não só de cinco importantes hospitais do Serviço Nacional de Saúde, mas também das unidades dos cuidados primários de saúde que lhes foram anexadas no início de 2024. A intenção de privatização dos

centros de saúde, significa a privatização dos cuidados para pelo menos 2,5 milhões de pessoas, cerca de um quarto da população do País.

Medidas estas que subordinarão os cuidados primários de saúde aos objetivos de lucro, acentuando a desvalorização das políticas de promoção da saúde e prevenção da doença, condicionando de forma decisiva a sua autonomia.

A proliferação de PPP é desastrosa e discricionária para o SNS, que foi criado sobre a ideia de uma Saúde Universal e Geral, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos.

A gestão direta do Estado é a única capaz de garantir a inexistência de assimetrias, bem como a que corresponde a uma melhor gestão da coisa pública nas suas diferentes áreas e dimensões.

Atrasos sistemáticos na tomada de decisões capazes de colmatar lacunas e insuficiências no Serviço Nacional de Saúde, não podem servir como justificação para o caminho da privatização desta importante conquista que o 25 de Abril trouxe aos Portugueses.

A realidade do Algarve, que não se afasta das características de outras áreas do nosso País, destaca-se, no entanto, pela sua dimensão, não apenas na área geográfica abrangente, mas também no número de habitantes e por conseguinte no número de utentes inscritos no SNS.

A opção pela gestão no modelo de PPP sai mais cara ao Estado, é lesiva para os utentes, fragiliza os direitos dos profissionais de saúde e fragmenta ainda mais a resposta do SNS.

Conhecemos as experiências das anteriores PPP que só serviram para catapultar as empresas do negócio privado da saúde, e conhecemos o que tem acontecido no Algarve, onde em cada esquina nasceram clínicas e

hospitais privados, onde este negócio se expandiu, fruto das fragilidades do SNS e do pânico gerado às populações.

Sustentada no conhecimento da realidade vivida pelos Algarvios, no acesso ao Direito à Saúde, a eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibere:

1. Manifestar junto do Ministério da Saúde a sua recusa perante a intenção do Governo em avançar com a privatização das ULS.
2. Manifestar a necessidade de valorização dos profissionais de saúde, na revisão de carreiras e condições salariais, melhorando as suas condições de trabalho e sua fixação no SNS.
3. Manifestar a necessidade de se defender como prioridade do Estado a continuidade do investimento no SNS como garantia de Serviço Público e direito da população algarvia ao acesso a cuidados de saúde.
4. Manifestar a necessidade de garantir às unidades do Serviço Nacional de Saúde uma gestão pública, democrática, com autonomia e recursos humanos e financeiros adequados, capaz de responder com qualidade às necessidades das populações
5. Enviar moção para a Ministra da Saúde em funções, primeiro-ministro em funções, para a ULS do Algarve; todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, para a Direção Regional de Faro do SEP, para o Sindicato dos Médicos da Zona Sul (SMZS), para o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das áreas de Diagnóstico e Terapeuta, Sindicato dos trabalhadores em

6. Funções Públicas e Sociais do Sul e das Regiões Autónomas e Órgãos de Comunicação Social.

Portimão, 29 de abril de 2025.

A Eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira
(Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PORTIMÃO
Largo 1º de Maio
8500 Portimão

2ª **SESSÃO ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA** 2025
Reunião 29/04/2025
A Moção foi aprovada
por "Maioria"/"Unanimidade", com os
votos:
Favoráveis: 19 (5PS, 2BE, 1CDU, 1PAN)
Abstenções: 3 (chega)
Contra: 7 (5PSD, 2Portimão mais feliz)
A ASSESSORIA ADMINISTRATIVA,
Teresa Nátias

A Senhora deputada municipal
Nónica Dias da Coligação "Portimão
mais feliz" havia-se ausentado.



Recebido em 20/04/2025
23:0717
Elmo Ramos

Moção

No quinquagésimo primeiro aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático.

No dia 25 de Abril de 1974 foi derrubado o regime fascista, e iniciou-se uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português.

Revolução que lançou as sementes para que florescesse uma vida com a dignidade e justiça de que o povo português foi privado durante longos 48 anos.

Por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não se imprimisse em todos os demais aspetos da vida, a marca intemporal que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, naquela madrugada, pelos Capitães de Abril, que desarmaram e apearam o regime opressor, associou-se o povo nas ruas e praças, gente, que pela primeira vez nas suas vidas se sentiram verdadeiramente cidadãos, livres, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu país.

O golpe militar transformou-se em revolução a mais humana, bela, grata e corajosa revolução, que por direito próprio ficou e permanece na nossa história contemporânea.

Liberdade de pensamento e de expressão, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação, justiça para todos, pela Paz e cooperação entre os Povos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.



Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia.

Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas e pilar de sustentação.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e congenialidade.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se



dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as muitas mil vontades das populações que representam.

A eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibere:

- 1 Saudar o 51º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
- 2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 51 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
- 3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril;
- 4 Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras;
- 5 Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade.
- 6 Enviar esta moção a todas as Assembleias Municipais do Algarve, à Presidência da República, e aos órgãos da comunicação social.

Portimão, 29 de abril de 2025

A eleita da CDU -Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira

(Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PORTIMÃO



Largo 1º de Maio
8500 Portimão



2ª SESSÃO ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA 2025

Reunião 29/04/2025

A Moção foi aprovada
por "Maioria"/"Unanimidade", com os
votos:

Favoráveis: 29 votos

Abstenções: — (—)

Contra: — (—)

A ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Telmo Naves

A Senhora deputada municipal Nóbica Dias
da Coligação "Portimão Mais Feliz" havia-se ausentado.

RECOMENDAÇÃO**1 de janeiro de 2025 entrada em vigor da Recolha Seletiva de Têxteis**

A recolha seletiva de têxteis é um sistema que visa separar os resíduos têxteis (como roupas, tecidos e outros materiais) de outros tipos de resíduos. O objetivo é garantir que esses materiais sejam reutilizados ou reciclados de forma adequada, reduzindo o desperdício e os impactos ambientais.

Já em 2020 os números da União Europeia apontavam para que cada pessoa consoma 6,1 quilos de têxteis e 6 quilos de vestuário por ano, sendo que os resíduos têxteis representavam 12,6 milhões de toneladas por ano, a maioria dos quais era incinerada ou acabava em aterro, e apenas 38% dos mesmos eram recolhidos separadamente.

A Estratégia da União Europeia em prol da sustentabilidade e circularidade dos têxteis, apresentada pela Comissão Europeia em 30 de Março de 2022, refere que o consumo europeu de têxteis tem o quarto maior impacto no ambiente e nas alterações climáticas (a seguir aos alimentos, à habitação e à mobilidade), sendo, além disso, o terceiro em termos de utilização dos recursos hídricos e dos solos e o quinto em termos de utilização de matérias-primas primárias e de emissões de gases com efeito de estufa.

Em Portugal, no ano de 2021, segundo dados da Agência Portuguesa do Ambiente, eram deitadas ao lixo mais de 230 mil toneladas de roupa por ano.

A partir de 1 de janeiro de 2025, entrou em vigor a diretiva europeia (UE 2018/851) que obriga os Municípios à recolha seletiva de resíduos têxteis.

De modo a cumprir a diretiva, o Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR) estabeleceu que até 1 de janeiro de 2025, as entidades responsáveis pelo sistema municipal de gestão de resíduos urbanos disponibilizem uma rede de recolha seletiva para os resíduos têxteis.

Acontece que até à presente data não é do conhecimento público que a Câmara Municipal de Portimão tenha dado cumprimento à diretiva europeia, pelo que de

acordo com o estipulado na lei 75/2013, de 12 de setembro, no seu ponto 2 determina que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, pelo que a Eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP - PEV propõe que a Assembleia Municipal de Portimão reunida a 29 de abril de 2025 delibere:

Recomendar à Câmara Municipal de Portimão que:

- 1- No mais breve espaço de tempo possível remeta à Assembleia Municipal de Portimão, informação justificando documentalmente os motivos pela qual não foi dado cumprimento à diretiva europeia (UE 2018/851), que determinava o início da recolha seletiva de têxteis em 1 de janeiro de 2025.
- 2- Dar conhecimento desta proposta aos órgãos de comunicação social.

Portimão, 29 de abril de 2025

A eleita da CDU -Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira
(Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PORTIMÃO
Largo 1º de Maio
8500 Portimão

2ª **SESSÃO ORDINÁRIA** 2025
Reunião 29/04/2025

A Recomendação foi aprovada
por "Maioria"/"Unanimidade", com os
votos: 2 BE, 1 CDU, 1 PAN

Favoráveis: 14 (SPD, 3 chgo, 2 Portimão + feliz)

Abstenções: 15 (PS)

Contra: — (—)

A ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Elas nãas

A Senhora Deputada Municipal Nónica Dias
da Coligação "Portimão Mais Feliz" havia-se ausentado.



Recebido em 20/04/2025
23:07M
Em 2 notas

Saudação

“ Dia Mundial da Água ”

No passado dia 22 de março assinalou-se o Dia Mundial da Água, que tem por objetivo principal sensibilizar para a importância da água doce, visando promover a sua melhor gestão e uma utilização sustentável deste recurso natural.

Este ano o tema foi dedicado à preservação dos glaciares, que desempenham um papel vital na garantia de água potável, agricultura, energia e ecossistemas globais.

Nesta data, pretendeu-se dar destaque aos desafios do derretimento acelerado dos glaciares, impulsionado pelas mudanças climáticas, que conduz à alteração dos fluxos de água e que coloca milhões de pessoas e ecossistemas em risco de cheias, alertando para a urgência da sua preservação e a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Não sendo a preservação dos glaciares apenas uma questão ambiental, representa também um fator para a estratégia de sobrevivência, por afetar diretamente a saúde, o desenvolvimento económico e a equidade social, concorrendo a desejável mobilização global para a preservação dos glaciares para proteger o nosso futuro.

Sendo a Água um recurso estratégico para a humanidade que, além de manter a vida no planeta Terra, permite sustentar a biodiversidade, a produção de alimentos, de ser o suporte de todos os ciclos naturais, mantendo uma importância ecológica, económica e social, o direito do acesso humano à água e ao saneamento é hoje consagrado como tal, tanto pelas Nações Unidas, como pela Constituição da República Portuguesa que determina, no seu artigo 84º, “ ser a água pertença do domínio público.” Com efeito, perante os objetivos do desenvolvimento

sustentável, apenas a gestão pública garante o seu acesso universal,

como um direito humano inviolável.

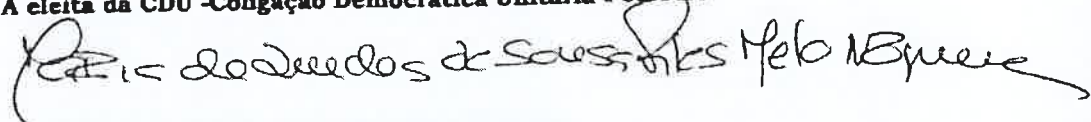
Considerando que ao longo de sucessivos anos se tem vindo a verificar que a diminuição da precipitação média anual vem promovendo secas mais frequentes e prolongadas, inclusive em Portugal (e com maior incidência no Algarve), e que o problema da escassez de água, que se tem feito sentir em grande parte do território nacional nos últimos anos, se traduz em situações de seca extrema, deve conduzir a uma gestão de forma integrada e sustentável deste recurso natural ao longo do seu ciclo urbano.

Face ao exposto a eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV na Assembleia Municipal de Portimão propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, delibere:

1. Saudar as iniciativas de divulgação do Dia Mundial da Água.
2. Incentivar a promoção de campanhas de sensibilização para o uso sustentável dos recursos hídricos disponíveis, em particular do consumo racional de água potável.
3. Enviar este voto de saudação, a todas Assembleias Municipais do Algarve, ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, à Agência Portuguesa do Ambiente, às Águas de Portugal, à Agência Nacional de Energia, à Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, à EMARP, à Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, aos órgãos da Comunicação Social.

Portimão, 29 de abril de 2025

A eleita da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



(Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PORTIMÃO

Largo 1º de Maio
8500 Portimão



2ª SESSÃO ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA 2025

Reunião 29/04/2025

A Saudação foi aprovada
por "Maioria"/"Unanimidade", com os
votos:

Favoráveis: 29 votos

Abstenções: — (—)

Contra: — (—)

A ASSESSORIA ADMINIST^{ra}.

Telma Matias

A Senhora Deputada Municipal
Nónica Dias da Coligação "Portimão
Mais Feliz" havia-se desentendido.